INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOVIAL (IPEA)
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA-LATINA (CEPAL)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (ILPES)

NOTAS SOBRE A INDÚSTRIA NORDESTINA DESDE A SUA ORIGEM ATÉ O ANO DE 1960*

ALENCAR SOARES DE FREITAS

* Versão preliminar. Documento apresentado no Seminário sobre Industrialização do Nordeste, realizado em Brasília, de 12 a 14 de março de 1984, no âmbito do Projeto Desenvolvimento Industrial do Nordeste

Í N D I C E

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I - ORIGENS DA INDÚSTRIA NORDESTINA 01

1. Do Início da Colonização Até a Independência 01

2. Da Independência à Proclamação da República 03

3. Da Proclamação da República Até o Final do Século XIX 06

4. Do Final do Século XIX até o Censo Industrial do Brasil em 1907 06

CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA NORDESTINA DO INÍCIO DO SÉCULO XIX ATÉ 1960 09

1. De 1907 a 1919 09

2. De 1920 a 1939 10

3. De 1939 a 1949 11

4. De 1949 a 1959 12

CAPÍTULO III - ANÁLISE E CONCLUSÃO 15

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é apresentar um quadro sumário sobre a industrialização do Nordeste anterior à política setorial iniciada com a criação da SUDENE e discutir, também de maneira concisa, como influenciou a nova indústria regional.

Neste sentido, será analisada a evolução da indústria do Nordeste, desde os seus primórdios até o ano de 1960, comparativamente ao observado no resto do País, particularmente no que concerne à região Sudeste e aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

CAPÍTULO I - ORIGENS DA INDÚSTRIA NORDESTINA

1 - Do Início da Colonização até a Independência

A ocupação do espaço nordestino se fez no âmbito da chamada Revolução Comercial, liderada pela Europa, nos Séculos XV e XVI. Conseqüentemente, o interesse econômico da ocupação da nova terra foi a produção de mercadorias primárias de origem tropical, principalmente o pau brasil e a cana-de-açúcar.

A produção de manufaturados rudimentares, utilizada como complemento da própria indústria extrativa não encontrava incentivos por parte da Coroa Portuguesa, interessada em manter a colônia como simples produtora de bens primários.

Somente a partir de 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil modificou-se esse panorama. Com a proclamação da independência é que serão criadas condições para a industrialização do País, que, entretanto, só tomará impulso a partir de 1880.

Uma visão retrospectiva do período 1530-1822, registra os seguintes fatos considerados de importância relativa para a industrialização da região Nordeste:

1535 - montado em Olinda (PE) o 1º engenho de grande porte da região;

1586 - estabelecido o 1º engenho de açúcar da Paraíba;

1608-1612 - introduzido um novo tipo de moenda, com maior eficiência;

1622 - instalados os primeiros engenhos no Maranhão;

1670 - Início da concorrência do açúcar das Antilhas, provocando violenta queda nos preços internacionais; e

1817 - introduzida a máquina a vapor nos engenhos de Pernambuco.

Como toda cultura voltada para o exterior, a do açúcar experimentou fases de explendor e declínio. Pode-se afirmar, contudo, que a indústria açucareira pouco contribuiu para o desenvolvimento fabril da região. Um dos efeitos mais notáveis da "civilização do açúcar" foi a ocupação do litoral nordestino e a criação dos seus maiores pólos de desenvolvimento: a Zona da Mata Pernambucana e o Recôncavo Baiano. Além disso, possibilitou a ocupação de extensas áreas como o litoral Setentrional, até a Amazônia e o chamado Sertão Nordestino.

Na época anterior à independência registra-se, também, outras atividades extrativistas ainda mais rudimentares, como o algodão nativo (explorado desde o início da colonização), a mandioca (farinha), e o sal, de cuja colheita se tem notícia desde 1 619.

A criação de gado é iniciada, provavelmente, na metade do Século XVI.

Da indústria manufatureira propriamente dita além do conjunto de máquinas rudimentares de apoio às indústrias extra

tivas, quase nada pode ser acrescentado, com exceção de algumas fundições que surgiram em Pernambuco, onde se manufaturavam sinos, canhões e balas.

2 - Da Independência à Proclamação da República

O período em tela caracterizou-se, entre outros, pelos seguintes fatos:

- desenvolvimento tecnológico e racionalização da indústria açucareira, com a introdução de máquinas a vapor nos engenhos e a instalação dos engenhos centrais, racionalizadores da produção;
- expansão da cultura do algodão, com a introdução de descaroçadores modernos;
- expansão da indústria salineira no Rio Grande do Norte;
- intensificação da coleta de certos produtos nativos como o babaçu, a carnaúba, a oiticica e o caruá.

No entanto, o cultivo e o preparo da cana de açúcar continuou sendo a atividade mais importante da economia regional, dissiminando-se por todos os Estados Nordestinos e começando a produzir algum efeito germinador, devido à introdução do engenho a vapor. Aparecem as primeiras fundições e fábricas de peças de reposição para as fornalhas, notadamente em Recife (1829) e Maceió (1850).

É dessa fase também a acoplagem dos alambiques aos engenhos, iniciando-se a produção industrial do aguardente.

A expansão do cultivo e aproveitamento do algodão foi outro importante fato da época. Além da expansão quantitativa da produção, a instalação (1826), no Maranhão, do 1º descaroçador mecânico da Região. Em 1885 montou-se no Ceará (Baturité) uma máquina de cinquenta serras para o descaroçamento do algodão, acoplada a uma prensa de enfardamento. A característica fundamental dessa indústria foi sua orientação para o mercado externo, que observou forte expansão no período 1864/1868 com à Guerra de Secessão Norte Americana, quando o mercado externo voltou-se unicamente para as fontes brasi -

leiras do produto. Em decorrência foram raras as fábricas de tecidos instaladas na Região, cabendo anotar a fábrica de Fortaleza, montada em 1883, como, provalmente a primeira. Importante observar este fato, vez que a indústria têxtil algodoeira confunde-se com o surgimento do sistema fabril como um todo.

A indústria salineira do Nordeste, cujos primórdios remontam ao início do Século XVII, alcançaram expressivo desenvolvimento no período, notadamente no Rio Grande do Norte e na Região Cearense do Jaguaribe. O comportamento da indústria foi bastante irregular, apresentando crescimento no período 1838/1845, estagnação no período 1845/60, devido à concorrência do melhor sal europeu importado, e recuperação a partir de 1860. Em 1886 apresentou um bom nível industrial, devido à adoção de equipamentos mecânicos e ao consequente abandono dos processos puramente artesanais.

Expande-se também na época a colheita de produtos naturais e sua utilziação industrial, como é o caso do caroá, utilizado na fabricação de cordas, barbantes e rede de pesca; e da carnaúba, de cuja cera se faziam velas e, das palhas, tecidos rudimentares.

Data da época também o início da pesca artesanal, principalmente na Bahia, Pernambuco e Ceará.

Fato importante do período foi o início da integração dos Estados Nordestinos, realizada principalmente pelas estradas de ferro, cujo início das instalações se dá em 1850/60, em Pernambuco e em 1873, no Ceará. As estradas de ferro atingem os demais Estados no período 1880/85. Outro meio de integração importante utilizado foi o transporte fluvial pelos Rios Parnaíba e São Francisco, este último franquiado, em sua parte baixa, ao tráfego dos navios estrangeiros (1866).

Como se observa, com poucas exceções, o grosso das indústrias nordestinas era constituído de indústrias primitivas ligadas à agricultura e dela vivendo em caráter subsidiário. Não havia até 1880 condições, nem no Nordeste nem no Brasil, para a criação de uma indústria expressiva e auto-sustentável. Fato a ser observado, na época considerada, foi o fim do regime escravocrata que abala profundamente a economia açucareira da região e, por inevitável desdobramento, todo o sistema industrial do nordeste.

Segundo Roberto C. Simonsen "em torno de 1850 o País contava com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras"[1/]. Como se depreende, na mesma época também no Brasil não havia desenvolvimento industrial acentuado. Observa-se que a maior parte dessas indústrias eram de bens de consumo gerais, como indústrias de alimentos, de tecidos, de caixas e caixões.

Até 1880 não se observou qualquer evolução acentuada da indústria no País, cabendo registrar apenas, em 1866, uma maior participação da indústria têxtil, que naquele ano já contava com 9 fábricas (eram 2 em 1860), empregando 768 operários. Diz Simonsen que, nessa época, já existiam nos Estados Unidos 1 000 estabelecimentos do gênero, com produção superior a 115 milhões de dólares[2/].

A localização dessas 9 fábricas de tecidos é mostrada no quadro A abaixo, no período 1866/1885. Observe-se que era Minas Gerais que possuia o maior número de unidades de tecidos em 1885.

QUADRO A

LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DE TECIDOS EXISTENTES NO BRASIL, PERÍODO 1866 - 1885

PROVIDÊNCIA	1866	1875	1885
Maranhão	-	1	1
Pernambuco	-	1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio de Janeiro	2	5	11
São Paulo	-	6	9
Minas Gerais	1	5	13
T O T A L	9	30	48

FONTE: Stanley P. Stein - Pág. 36 (Origem e Evolução da Ind. Têxtil).

(1) - Simonsen, Roberto C.: Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos, Editora Brasiliana - pág. 14.

(2) - Simonsen, op. cit. pág. 15.

3 - Da Proclamação da República até o Final do Século XIX

Embora com pequenas variações, existe entre os diferentes autores concordância que o período de 1880/1890, ou pouco depois, revelou o primeiro surto industrial do País. Foi também quando ocorreram as maiores exportações do café brasileiro[3/]. Nesse período registraram-se a instalação de numerosas empresas no Brasil, relativamente ao número existente anterior, como se mostra abaixo:

- empresas fundadas entre 1880-1884: 150 indústrias.
- empresas fundadas entre 1885-1889: 248 indústrias.

No último ano da monarquia existiam no País 636 estabelecimentos, com 54 169 operários, utilizando 65 000 c.v.[4/]

Como se pode deduzir, 62,6% das empresas existentes no país em 1889 foram criadas no período de 1880-1889.

Infelizmente não se tem informações estatísticas a respeito do período, pelo que não se pode examinar a distribuição regional dessas indústrias.

Contudo, o fato dessas empresas terem sido criadas a partir dos efeitos da exportação do café, e sabendo-se que foi a Região Sudeste a grande beneficiária dessas exportações, leva à conclusão que o primeiro surto industrial brasileiro pouco beneficiou a Região Nordeste.

4 - Do final do Século XIX até o 1º Censo Industrial do Brasil, em 1907

Até 1907 as estatísticas industriais são esparsas e imprecisas. Das leituras dos autores que se dedicaram ao estudo da época, fica a impressão de que verificaram-se poucas mudanças

---

3/ - Simonsen, Op. Pág. 16

4/ - Idem

no panorama industrial do início do século, principalmente até o ano de 1905, quando o País se debate em crises políticas, econômicas e financeiras, sofrendo ainda o impacto da política deflacionista do Governo com a inevitável recessão. O surto industrial é retomado em 1905, e a partir daí já se pode analisar, através do censo industrial de 1907, as transformações observadas no setor industrial do Brasil.

Em 1908 assim caracterizou-se a indústria nacional, classificada por valor da produção:

QUADRO B

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O TIPO DE INDÚSTRIA

TIPO DE INDÚATRIA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
Alimentação	26,7%
Têxtil	20,6%
Vestuário e objetos de toucador	15,9%
Produtos químicos e análogos	9,4%
Outros produtos industriais	27,4%
T O T A L	100,0%

FONTE: Roberto C. Siminsen - op. cit. pág. 17

Essas indústrias, como mostra o Quadro 1, em anexo, constituía-se de 3 258 unidades em 1907, o que corresponde a um crescimento de 412% relativamente ao ano de 1889, quando existiam 636 fábricas.

Dessas indústrias, 440 (13,5%) estavam localizadas no Nordeste, 326 (10,0%) em São Paulo e 877 (26,9%) no Rio de Janeiro.

Como base de comparação, consideramos no nosso estudo apenas a Região Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, vez que estes estados, até 1960, representavem mais de 80% do valor da produção industrial da Região Sudeste.

No Quadro 2, em anexo, através da comparação da Região Nordeste com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, observamos que os dois estados do Sudeste já em 1907 possuíam quase 3 vezes mais indústrias do que todo o Nordeste.

A produtividade, dada pelo valor da produção/nº de empregados na indústria, é de 2,95 para o Nordeste e de 5,30 para São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, os Estados de Sergipe e Pernambuco, centros regionais dinâmicos em 1907, apresentavam praticamente a mesma produtividade de São Paulo.

O grau de modernização da indústria, dado pelo quociente cavalo vapor/nº de empregados, é praticamente o mesmo para as duas regiões: 0,76 em São Paulo e Rio de Janeiro e 0,72 no Nordeste.

Esses dados são importantes, pois parecem indicar que até 1907 a diferença de produtividade entre as regiões resultou, principalmente, da utilização na Região Sudeste de mão-de-obra melhor qualificada, obtida via emigração européia [5/]. Ademais, o censo de 1907 indica que, dos estados brasileiros, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul já começavam a utilizar a energia elétrica de origem hidráulica. E aí a superioridade paulista foi flagrante: dos 4 686 c.v (equivalentes) em utilização, São Paulo usava 72,0%; Rio de Janeiro 26,9%; Bahia 0,9%; e o Rio Grande do Sul 0,2%.

A utilização dessa fonte energética brasileira por excelência, já que o país não dispõe de carvão mineral de boa qualidade, dará a São Paulo, paulatinamente, vantagem definitiva sobre os demais estados.

5/ Vários autores apontam que é na massa de emigrantes, vindos originalmente para suprir as necessidades de mão-de-obra da indústria cafeeira, que a incipiente indústria vai buscar o material humano necessário à sua operação (Ver por Exemplo: "Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil, Sérgio Silva - pág. 44 - Editora Alfa-Omega - Edição 1976).

CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA NORDESTINA DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ 1960

1. De 1907 a 1919

A indústria nacional, classificada segundo o valor da produção, apresentava a seguinte estrutura:

QUADRO C

DISTRIBUIÇÃO DAS INDÚSTRIAS POR TIPO SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO

TIPO DE INÚSTRIA	CENSO 1907 (em %)	CENSO 1919 (em %)
Alimentação	26,7	40,2
Têxtil	20,6	27,6
Vestuário e objetos de toucador	15,9	8,2
Produtos químicos e análogos	9,4	7,9
Outros grupos de indústrias	27,4	16,1
T O T A L	100,0	99,9

Como se depreende do mencionado Quadro, a indústria nacional cresceu consideravelmente de 1907 a 1920. O número de indústrias no País passou de 3 258 para 13 569, aumento de 316%. Contudo,o Quadro C, acima, mostra que esse aumento dá-se, principalmente, nas indústrias tradicionais, enquanto que a indústria química sofre um decréscimo relativo de 1907 a 1920.

A disparidade regional, que no início do Século XX foi muito mais quantitativo do que qualitativa, continua se ampliando e se transformando. No período 1907-1920, o índice de modernização da indústria (CV/nº empregados) apresentou aumento relativo de 66% na Região Sudeste, contra 40% na Região Nordeste. O da produtividade, contudo, apresentou melhor desempenho relativo no Nordeste, crescendo de 150% contra os 122% de São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo assim, no final da década, a produtividade no eixo Rio-São Paulo foi 60% superior à da Região Nordeste.

Neste período é importante observar que se deu o 2º grande impulso industrial brasileiro, mediante o processo da "substituição", provocado, em sua 1ª fase, pela Guerra Mundial de 1914-1918.

2. De 1920 a 1939

Período de intensificação da substituição de importações devido a crise geral do capitalismo em 1929. Quanto ao número de empresas instaladas, é interessante notar que houve um contínuo decréscimo nos índices de crescimento, ou seja:

- 1889 - 1907, crescimento do número de empresas foi de 412%;
- 1907 - 1919, crescimento de 316%;
- 1919 - 1939, crescimento de 264%;
- 1939 - 1949, crescimento de 87%;
- 1949 - 1959, crescimento de 20%.

Entretanto, deve-se observar que nas décadas de 40 e 50 foram instaladas no País empresas de grande porte que, embora em pequeno número, representaram acréscimos significativos no valor da produção e na gerão de emprego.

Em 1939 é adotado um novo critério de caracterização das indústrias, o que dificulta sua comparação ao longo do período 1907/1940. Uma aproximação mostra, entretanto, o seguinte:

QUADRO D

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA POR TIPO E SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA PRODUÇÃO

(%)

TIPO DE INDÚSTRIA	CENSO DE 1906	CENSO DE 1920	CENSO DE 1940	OBS
Produtos alimentares	26,7	40,2	32,1	
Têxtil	20,6	27,6	20,7	
Vestuário e objetos de toucador	15,9	8,2	4,2	
Produtos químicos e análogos	9,4	7,9	6,7	(Dinâmica)
Outros grupos industriais	27,4	16,1	36,3	
T O T A L	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE - Censo de 1940.

No item "Outros Grupos Industriais" destacavam-se (em percentagem):

- Metal-mecânica	10,1%	(dinâmica)
- Transformação minerais não-metálicos	3,3%	(dinâmica)
- Madeiras e produtos afins	4,0%	
- Construção civil	5,5	
- Serviço de produção e abasteimento de gás, eletricidade, etc.	3,2	
- Editorial e gráfica	2,3	
T O T A L	28,4	

No que concerne ao problema das mudanças de características, pode-se afirmar que já em 1940 as indústrias dinâmicas surgem com um peso razoável no perfil da produção industrial brasileira (20,1%).

A distribuição das indústrias em 1939 pode ser observada no Quadro 2, em anexo, quando começou a surgir diferenças mais acentuadas entre as duas regiões observadas. O número de indústrias na região Sudeste, relativamente ao Nordeste, aumentou de 2,4, em 1919 para 2,6. Aumentou também a diferença relativa do valor da produção de 3,7 para 6,6 e a produtividade relativa de 1,6 para 2,1. A diferença relativa do índice de modernização, entretanto, reduziu-se de 1,23 em 1919, para 1,13 em 1939, revelando uma maior modernização relativa do Nordeste.

3. De 1939 a 1949

A partir de 1939 passaram a ser realizados censos decenais e, em 1950, foram consolidados os critérios de enquadramento das indústrias nacionais, o que veio a facilitar a análise do setor. Observe-se que grande parte dos autores que estudam a industrialização brasileira partem do censo de 1950, por considerar imprecisos os dados anteriores.

A conjugação dos Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7, em anexo, revela claramente o agravamento das disparidades regionais, que vão se acentuando a partir da década de quarenta, quando, como conseqüência da II Guerra Mundial, o País passa por outro grande surto de industrialização baseado na substituição de importações.

Entre 1940 e 1950 (Quadro 2, anexo) continuam a se agravar os indicadores da disparidade regional. Embora reduzindo de 2,6 para 1,9 o número relativo de estabelecimentos existentes, o que induz a conclusão de um maior crescimento relativo das indústrias do Nordeste, os indicadores de modernização e de produtividade apresentaram crescimento relativo superior a favor de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Quadro nº 4, que considera o VTI (Valor da Transformação Industrial) evidencia a diferença existente entre os tipos de indústria de São Paulo e da Região Nordeste. Neste Quadro deixamos de considerar o Rio de Janeiro, por acharmos suficiente para os objetivos desse trabalho, a comparação da Região com São Paulo, já agora responsável por quase 50% da produção industrial brasileira.

Em 1950, as indústrias dinâmicas já representavam 28% do número de estabelecimentos industriais paulistas e respondiam por 42,8% da produção. Já começava a despontar no conjunto da indústria aquelas que na década de cinqüenta iriam se transformar nos carros-chefes de indústria paulista — material de transporte e química. Entretanto, foram ainda as indústrias tradicionais (têxtil e de produtos alimentares) que contribuiram mais expressivamente para a formação do VTI total do Estado.

No Nordeste, como em São Paulo, as indústrias tradicionais apresentavam, ainda, maior participação relativa no VTI. Entretanto, nota-se que sua importância era bem maior do que a verificada para São Paulo.

4. De 1949 a 1959

Na década de 50, o grande surto de modernização do parque industrial de São Paulo, baseado na indústria automibilística, química e metal-mecânica, ampliaria, substancialmente, o fosso existente entre as duas regiões.

O Quadro 2 mostra o distanciamento dos índices relativos da disparidade regional. Comparando-se a situação de 1960 com a de 1950, vê-se que apenas o índice de produtividade apresenta redução relativa de 2,6 (42,62/16,56) em 1950, para 1,9 (739,025/376,92), em 1960.

No Quadro 9, em anexo, mostramos a evolução dos índices de emprego, modernização e produtividade na Região Nordeste e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Note que, se anteriormente vínhamos incluindo o crescimento relativo entre as duas regiões, agora vamos mostrar como esses índices evoluíram dentro da Região Nordeste e dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, linearmente.

O Quadro nº 9.3 deve ser considerado com certa reserva, visto que nele há a influência da inflação. Nota-se o aumento extraordinário da produtividade em 1960, fustificada basicamente pela inflação da década de 50.

O Quadro 9 fornece, contudo, numa visão de conjunto, o aumento das discrepâncias regionais e que São Paulo e Rio de Janeiro, a partir de 1940, passaram a empregar mais mão-de-obra por estabelecimento do que o Nordeste, o que não acontecia nas décadas de 1910 e 1920.

Em 1960 (Quadro 4, em anexo) as indústrias dinâmicas, em São Paulo, já respondiam por 59,5% do VTI e representavam 35,7% do número total de estabelecimentos, mostrando a nítida alteração a favor das indústrias dinâmicas ocorrida na década de 50.

Enquanto isso, a situação nordestina permanecia a mesma; as indústrias tradicionais continuavam a ser responsáveis por 87,9% do VTI (87,1%, em 1950) e constituiam 75,5% do número de estabelecimentos industriais (76,6%, em 1950).

Em 1960 a situação de desequilíbrio regional aparece de maneira clara e intensa. A grave situação do Nordeste é, além do mais, exacerbada pelas secas que ocorreram na Região, na década de 50, de forma calamitosa, o que despertou o País para o problema regional e, pela primeira vez, se tentou dar ao problema um tratamento global - (GTDN).

Os Quadros 5, 6, 7 e 8, trazem uma série de indicadores que acreditamos serem úteis a melhor compreensão do problema.

O Quadro 5 mostra como foi pequena, e decrescente, a participação do VTI do Nordeste com relação ao VTI global do País. Vê-se também como aumentou o VTI de São Paulo, ao longo das décadas de 50 e 60, com relação ao Nordeste e a alguns Estados Nordestinos, escolhidos por sua maior expressividade econômica.

O Quadro 6 mostra a participação relativa dos setores econômicos das diversas regiões brasileiras. Alí se observa que, enquanto no Sudeste, a participação da Indústria na formação da renda interna cresceu continuamente nas décadas de 50 e 60, a do Nordeste decresceu também sistematicamente, passando de 9,4%, em 1950, para 8,3%, em 1960, e 5,6% em 1970.

Os Quadros 7 e 8 referem-se à geração de empregos nas diversas regiões do País. Como já se mencionou anteriormente, quando comentamos o Quadro 9, a criação de emprego no Nordeste foi bem menor do que na Região Sudeste, nas décadas de 40, 50 e 60. O crescimento geométrico real do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos industriais (Quadro 7, anexo) no Nordeste na década de 50/60, chegou a ser negativo (-0,1%). Este é outro dos indicadores do agravamento da crise do Nordeste, na década de 50.

Finalmente, o Quadro 8 mostra a relação entre pessoal ocupado e o número de estabelecimentos industriais nas Regiões Sudeste Nordeste[6/]. A diferença dos quocientes existentes neste Quadro 8 para os do Quadro 9 é que neste último estão considerados apenas os Estados de São Paulo e do Rio de janeiro. Nota-se que, se considerada a Região Sudeste, como um todo, reduz-se a diferença relativa que se observa quando são tomados apenas os dois Estados mais importantes da Região Sudeste.

6/ Este indicador é comumente utilizado para classificar a empresa segundo seu tamanho. Por acharmos este conceito muito "vago", não o utilizamos neste trabalho.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E CONCLUSÃO

Várias são as causas da disparidade regional evidenciadas. Os autores que estudam o assunto, ora tratam de um ponto, ora de outro. Contudo, parece que existe uma certa concordância sobre as causas fundamentais dessas disparidades e passamos a fazer um resumo dessas opiniões, onde acrescentamos modestas contribuições. Antes gostariamos de observar que embora bastante estudado, o assunto ainda não está de modo algum esgotado e merece maiores esforços de interpretação, que estão, contudo além dos propósitos deste estudo.

Em resumo, depois de consultar os vários autores que tratam do assunto, concluimos, como muitos deles, aliás, que a diferenciação regional é explicada, basicamente, por dois fatores: a evolução do capitalismo internacional (exógeno) e a evolução do processo de produção do Brasil (endógeno). Com respeito ao processo de produção, as variáveis explicativas da questão são, ao nosso ver, a indústria açucareira e a indústria cafeeira, cada uma na sua época particular.

Começando pelo fator exógeno, é bom lembrar que a capital mercantil, que atua do Século XV ao Século XIX, aproximadamente, possui uma característica fundamental: se interessa tão somente em montar nas colônias um sistema primitivo de produção, suficiente para a exploração de bens primários, com baixo valor agregado, que eram transportados para a metrópole e posteriormente para outras regiões. Além de manter o monopólio do comércio desses produtos, a metrópole não permitia a criação na colônia de qualquer indústria que viesse a concorrer com os produtos que produzia e exportava para as suas áreas de mercado 7/. Portanto, nesse contexto, a colônia gerava excedente financeiro mas não tinha qualquer controle sobre o processo de apropriação e aplicação desse excedente.

Tendo em mente essa condição do processo de acumulações, vejamos as características de economia açucareira:

- era baseada em grandes plantações e utilizava mão-de-obra escrava, em grande proporção;
- possuía um mercado bastante expressivo, mas externo;

7/ Prado Júnior, Caio - "História Econômica do Brasil" - pág. 38

- o Brasil, durante dois Séculos: XVI e XVII, foi o maior produtor mundial de açúcar;
- economia altamente dependente da metrópole;
- a única atividade com relativa importância estimulada pelo açúcar foi a pecuária, para o consumo de carne, cuja renda criada era contudo ínfima (5% do valor de exportação do açúcar);
- renda altamente concentrada. Diz CELSO FURTADO que, em geral, do valor do açúcar embarcado, 5% eram pagos por serviços fora dos engenhos, e 2% eram pagos aos poucos assalariados 8/.
- os donos de engenhos não aplicavam recursos em outras atividades fora da indústria açucareira. Segundo FURTADO os excedentes gerados eram de tal magnitude que seriam suficientes para duplicar, a cada dois anos, o número de engenhos existentes no Nordeste;
- comércio controlado por Portugal e Holanda.

CELSO FURTADO, no livro citado, dá um exemplo muito importante sobre a apropriação do execedente gerado pela indústria açucareira. Diz ele que dados holandeses mostram que da renda gerada pelo açúcar, em 1639, no valor de 1,2 milhão de libras, o Brasil importou 800 000 libras (bens de consumo suntuários, na sua maior parte, evidentemente). Entretanto, sobrariam ainda umas 400 000 libras as quais, segundo ainda CELSO FURTADO, seriam apropriadas em boa parte pela comercialização, nas mãos de não residentes. É bom observar que no fim do Século XVI, segundo Ladislau Dowbor, 66% do comércio entre o Brasil e a Europa eram controlados pelos holandeses 9/ e que existiam na Holanda (1691) 25 refinarias, que beneficiavam e distribuíam o açúcar brasileiro para a Europa.

É fácil deduzir que a maior parte do excedente gerado pelo açúcar era portanto desapropriado ou esbanjado. Evidentemente que sobrava alguma coisa para aplicar numa indústria pouca expressiva, constituída basicamente de fábrica de caixas, caixões e produtos alimentícios.

8/ FURTADO, Celso - "Formação Econômica do Brasil" - pág. 60, em diante.

9/ DOWBOR, Ladislau - "A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil" - pág. 63 em diante.

Prova da inexpressividade da indústria criada no País na era colonial, e mesmo posteriormente, é a citação de R. Simonsen, de que em 1850 o Brasil contava com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais (Ver pág. 5, deste estudo).

Portanto, podemos concluir que, durante a economia açucareira, o fator exógeno era praticamente o único a influenciar o processo de industrialização brasileira. Esta situação, na verdade, perdurará até quase a metade do Século XIX.

Já em 1840 a situação se altera e se observa que fatores endógenos principiaram a influenciar a industrialização brasileira. A melhor explicação para esta alteração encontra-se na dinâmica da indústria cafeeira, que teve sorte diferente da indústria açucareira.

A indústria cafeeira nasceu sob outra orientação do capital internacional que, no final do Século XIX, começou a se caracterizar como capital monopolista, com base principalmente na conjugação do capital industrial e financeiro. No final do Século passado, a indústria dos países mais adiantados já estava bastante evoluída e já se começava a observar a sua necessidade de expansão além dos limites nacionais, em busca, certamente, de maiores taxas de acumulação. A característica principal do capital monopolista é a exportação de capital que, em última análise é, basicamente, exportação de máquinas e equipamentos.

No Brasil, os recursos financeiros obtidos eram aplicados, principalmente, na criação da infra-estrutura da indústria cafeeira. Por outro lado, a importação de bens de capitais facilitaria a criação e a ampliação do parque industrial em gestação nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa forma, o fator exógeno já não atuava sozinho ou com o mesmo peso da fase inicial. Em São Paulo, a segunda metade do Século XIX marca o início de um processo de aplicação diferenciada dos apreciáveis volumes de excedentes criados pela indústria cafeeira. Esse processo foi originado nos seguintes fatores principais:

- a economia cafeeira desde os seus primórdios foi obra do capital mercantil nacional, formado de maneira precária e descontínua na época colonial (comércio de mulas, capital usuário urbano, tráfico de escravos, etc.)[10/];

10/ MELLO, João Manoel C. - "O Capitalismo Tardio" - Tese de Doutorado - pág. 47/48

- quando o Brasil passou, a partir de 1830, a ser o maior produtor mundial de café, o acréscimo apreciável do lucro da atividade ia para as mãos de nacionais;
- existia demanda internacional crescente e insatisfeita, que consumiria quaisquer quantidades colocadas no mercado pelo Brasil;
- a lavoura cafeeira passava a ocupar áreas cada vez maiores, que existiam em abundância nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo;
- caracterizava-se por apoiar-se em grandes empresas (plantations), geradora de economias de escala e alta produtividade;
- começava a utilizar-se, de maneira crescente, do trabalho assalariado, criando mercado interno para a indústria incipiente;
- o dinamismo gerado pelo café fez com que se articulasse, pela primeira vez no País, um sistema comercial-financeiro controlado, um e outro, nacionalmente 11/.

Portanto, como afirma JOÃO MANOEL, "estava estabelecida, no Brasil, uma economia nacional. Nacionalizada a apropriação do excedente e nacionalizada a decisão de investí-lo (internação)" 12/.

Já em 1840, a recém-formada classe industrial forçou o Governo a adotar proteção tarifária para resguardar a incipiente indústria nacional. A luta dos industriais pela sustentação de suas atividades recrudesceu no período 1870/1890 - justamente o período citado por quase todos os autores como o do 1º surto industrial do Brasil (Ver, por exemplo, R. Simonsen, op. citado, p. 16).

Em 1892 os industriais, atuando agora como uma classe, reivindicaram e obtiveram a assistência financeira direta do Governo. Até então, admitia-se no Brasil o princípio de não intervenção, onde o Governo concedia à indústria apenas subsídios, recursos de loteria, isenção de impostos, etc.13/

11/ MELLO, João Manoel C. - "O Capitalismo Tardio" - Tese de Doutorado - pág. 47/48.

12/ Idem, pág. 52

13/ STANLEY, J. Stein - "Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil" - pág. 91

Como é fácil de concluir, da metade do Século XIX em diante, ou seja, no auge da indústria cafeeira, já existia uma relação dialética na industrialização brasileira, onde os interesses externos teriam de conformar-se, de certa forma, aos interesses representados pela classe industrial nacional em expansão e consolidação.

Portanto, é no período 1850/1900 que se identifica a origem do desequilívrio regional.

A partir de então, o Nordeste descapitalizava-se, e,conseqüentemente, sem qualquer pujança econômica, teria paulatinamente seu centro de dependência deslocado do exterior para a Regiõe Sudeste.

Deste período a situação só poderia e só iria se agravar, chegando à crise de grandes proporções do final dos anos 50.

Neste período caberia ainda apontar, como causa do processo de agravamento dos desequilíbrios regionais, a quebra de barreiras alfandegárias que existiam entre os estados brasileiros, na rota das transformações provocadas pela Revolução de 30 14/, quando se começava a esboçar um projeto de estado nacional unificado.

O projeto de integração da economia nacional era motivado, em última instância, pelas necessidades de expansão da economia cafeeira paulista e do capital financeiro nacional, que se formava em Minas Gerais, mas tivera sua maior área de atuação nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo como exemplo, a quebra das barreiras alfandegárias, representada pela revogação do imposto estadual sobre importações. Outra medida importante foi a perda da prerrogativa que tinha cada Estado de legislar sobre o seu comércio exterior 15/.

A partir daí a expansão hegemônica de São Paulo firmara-se em definitivo. Então, a Região Sudeste passou a funcionar como apropriadora dos excedentes que eram gerados no Nordeste, pela agro-indústria. Para essa apropriação utilizavam-se os instrumentos costumeiros do intercâmbio comercial e financeiro inter-regional, como foram anteriormente utilizados os instrumentos do comércio internacional (desigual).

14/ e 15/ OLIVEIRA,Francisco - "Elegia para uma Re(li)gião - págs 14 e 15.

Assim, há de se buscar na segunda metade do Século XIX a origem dos desequilíbrios regionais brasileiros. É lá que se forma esta desigualdade. Depois assiste-se apenas a um agravamento que era inevitável.

Vários autores começaram suas análises do desequilíbrio regional a partir de 1930 ou de 1950, quando os "dados estatísticos são mais confiáveis". A nosso ver esta atitude mascara a causa real da desigualdade regional que foi a dependência exagerada do Brasil dos centros externos de decisão, durante os séculos em que a indústria açucareira poderia ter criado uma base interna de auto-sutentação industrial do Nordeste. Aliás, essa dependência jamais desapareceu de todo para o País. Não se vê hoje mesmo o recrudescimento do debate secular sobre dependência x independência, mercado interno x mercado externo, etc.?

Para não deixar de registrar um fato que reputamos de importância é fundamental observar que até 1920 a indústria brasileira era basicamente uma indústria leve, não se notando a presença da indústria de base, que somente iria tornar-se expressiva após a II Grerra Mundial. Essa tendência é exatamente a oposta da que se verificou nos países industrializados, que, desde o Século XVII, já enfatizavam a produção dos bens de capital.

Finalizando, acreditamos que este trabalho poderá oferecer subsídios para, se não responder, pelo menos redirecionar a questão proposta anteriormente sobre a indústria prê-existente no Nordeste e sua influência na "nova" indústria da Região. O que se observa é que o processo de industrialização do Nordeste, até o final da década de 50, e mesmo depois, apresentava características que impossibilitaram a criação de um parque industrial dinâmico e auto-sustentado na Região. Todos os principais problemas, que se observam no período tratado aqui, estarão presentes nos anos 60, quando o Governo Federal inicia a política de industrialização do Nordeste, mediante a criação da SUDENE e de vários instrumentos creditícios e fiscais de apoio à indústria da Região.

QUADRO 1

CRESCIMENTO DO NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

DISCRIMINAÇÃO	1889	1907		1919		1939		1949		1959	
		Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%
Região Nordeste	-	440	13,5	2 572	19,0	8 058	16,3	18 216	21,8	21 216	19,1
São Paulo	-	326	10,0	4 157	30,6	14 225	28,8	25 016	29,9	36 254	32,7
Rio de Janeiro	-	877	26,9	2 037	15,0	6 574	13,3	9 699	11,6	9 871	8,9
Brasil	636	3 258	100,0	13 569	100,0	49 418	100,0	92 350	100,0	110 771	100,0
Percentual de Crescimento		412%		316%		264%		87%		20%	

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO NORDESTE COM AS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

ESTADOS	1907					
	Nº ESTABELECIMENTO (A)	Nº EMPREGADOS (B)	POTENCIAL (2) ELÉTRICO (C)	PRODUÇÃO (1) (D)	C/B	D/B
MARANHÃO	18	4 545	3 065	6 840	0,67	1,50
PIAUÍ	3	355	200	1 193	0,56	3,36
CEARÁ	18	1 207	670	2 951	0,55	2,44
RIO GRANDE DO NORTE	15	2 062	270	3 086	0,13	1,50
PARAÍBA	42	1 461	1 334	4 388	0,91	3,00
PERNAMBUCO	118	12 042	19 374	55 206	1,61	4,58
ALAGOAS	45	3 775	3 180	10 366	0,84	2,75
SERGIPE	103	3 027	2 085	14 811	0,69	4,89
BAHIA	78	9 964	5 181	25 077	0,52	2,52
TOTAL E MÉDIA (C/B e D/B)	440	38 438	35 359	120 974	0,72	2,95
SÃO PAULO	326	24 186	18 301	18 087	0,76	4,88
RIO DE JANEIRO	877	48 875	37 773	279 930	0,77	5,73
TOTAL E MÉDIA (C/B e D/B)	1 203	73 061	56 074	398 017	0,76	5,30

Continua...

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO NORDESTE COM AS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

(Continuação).

ESTADOS	1 9 1 9					
	Nº ESTABELECIMENTO (A)	Nº EMPREGADOS (B)	POTENCIAL ELÉTRICO (C)	PRODUÇÃO (D)	C/B	D/B
MARANHÃO	90	3 575	4 148	22 941	1,16	6,42
PIAUÍ	56	1 175	1 382	8 109	1,18	6,90
CEARÁ	295	4 717	3 026	25 979	0,64	5,51
RIO GRANDE DO NORTE	197	2 146	996	20 539	0,46	9,57
PARAÍBA	253	3 295	2 854	36 133	0,87	10,97
PERNAMBUCO	496	22 248	38 820	217 724	1,52	9,79
ALAGOAS	367	7 930	11 279	53 547	1,42	6,75
SERGIPE	307	7 708	7 160	38 965	0,93	5,05
BAHIA	511	16 698	14 712	90 776	0,88	5,44
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	2 572	69 492	79 377	514 713	1,01	7,38
SÃO PAULO	4 157	85 466	100 216	1 009 073	1,17	11,81
RIO DE JANEIRO	2 037	76 943	103 038	903 222	1,34	11,74
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	6 194	162 409	203 254	1 912 295	1,25	11,77

Continua...

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO NORDESTE COM AS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

(Continuação).

ESTADOS	1 9 3 9					
	Nº ESTABELECIMENTO (A)	Nº EMPREGADOS (B)	POTENCIAL ELÉTRICO (C)	PRODUÇÃO (D)	C/B	D/B
MARANHÃO	703	6 425	8 215	49 336	1,28	7,68
PIAUÍ	164	1 590	2 109	14 168	1,33	8,91
CEARÁ	789	7 859	7 819	104 394	0,99	13,28
RIO GRANDE DO NORTE	593	4 879	6 041	92 191	1,24	18,89
PARAÍBA	737	13 210	14 656	191 328	1,11	14,48
PERNAMBUCO	1 877	57 327	79 518	807 646	1,39	14,09
ALAGOAS	687	12 563	23 796	177 340	1,89	14,12
SERGIPE	743	11 438	18 715	94 758	1,64	8,28
BAHIA	1 766	23 361	26 959	236 841	1,15	10,14
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	8 059	138 652	187 828	1 768 002	1,33	12,21
SÃO PAULO	14 225	272 865	443 635	7 601 721	1,62	27,86
RIO DE JANEIRO	6 574	168 942	238 772	4 182 368	1,41	24,76
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	20 799	441 807	682 407	11 784 089	1,51	26,31

Continua...

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO NORDESTE COM AS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Continuação.

ESTADOS	1 9 4 9					
	Nº ESTABELECIMENTO (A)	Nº EMPREGADOS (B)	POTENCIAL ELÉTRICO (C)	PRODUÇÃO (D)	C/B	D/B
MARANHÃO	1 054	10 405	12 889	143 565	1,23	13,80
PIAUÍ	439	2 443	4 557	27 924	1,86	11,43
CEARÁ	2 831	21 655	32 297	333 426	1,49	15,40
RIO GRANDE DO NORTE	1 249	13 863	12 929	226 640	0,93	16,35
PARAÍBA	1 891	29 175	34 515	479 638	1,18	16,44
PERNAMBUCO	3 844	90 935	126 427	2 276 429	1,39	25,03
ALAGOAS	1 261	24 792	36 898	429 093	1,49	17,30
SERGIPE	1 377	16 608	27 746	234 368	1,67	14,11
BAHIA	4 270	42 290	44 843	810 612	1,06	19,17
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	18 216	252 166	333 101	4 961 695	1,37	16,56
SÃO PAULO	25 016	576 766	1 135 764	25 869 093	1,97	44,85
RIO DE JANEIRO	9 699	295 941	577 791	11 951 994	1,95	40,39
TOTAL E MÉDIA(C/B e D/B)	34 715	872 707	1 713 555	37 821 087	1,96	42,62

Continua...

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO NORDESTE COM AS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

(Continuação).

ESTADOS	1 9 5 9					
	Nº ESTABELECIMENTO (A)	EMPREGADOS (B)	POTENCIAL ELÉTRICO (C)	PRODUÇÃO (D)	C/B	C/D
MARANHÃO	2 440	13 902	20 713	3 800 423	1,49	273,37
PIAUÍ	1 189	4 347	7 488	1 126 380	1,72	359,11
CEARÁ	2 233	20 194	36 790	9 030 261	1,82	447,17
RIO GRANDE DO NORTE	1 161	11 968	18 847	5 910 408	1,57	493,85
PARAÍBA	1 157	17 215	35 329	8 849 143	2,05	514,04
PERNAMBUCO	3 606	72 058	187 637	32 988 273	2,60	457,80
ALAGOAS	1 594	19 759	47 974	5 869 233	2,43	297,04
SERGIPE	1 886	14 286	23 140	2 902 669	1,62	203,18
BAHIA	5 950	50 023	63 500	22 348 946	1,27	446,77
TOTAL E MÉDIA (C/B e D/B)	21 216	223 752	441 418	92 825 736	1,84	376,92
SÃO PAULO	36 254	831 339	2 647 865	658 067 422	3,18	791,57
RIO DE JANEIRO	9 871	286 451	713 414	191 644 505	2,49	686,48
TOTAL E MÉDIA (C/B e D/B)	46 125	1 117 790	3 361 279	849 711 927	2,83	739,025

NOTAS: 1) Produção em Cr$ 1.000 correntes (de 1919 a 1959). A partir de 1949, inclusive, o censo já separa valor de produção e valor da transformação industrial, para efeito de comparação com os anos anteriores, seguirei tomando o valor da produção industrial. Como o que importa são os termos relativos acho que não há grandes problemas na escolha.

2) Potência elétrica disponível medida em C.V.(Vapor, óleo, comb.,em. hidráulica, nessa ordem (Ver nota C abaixo).

a) No Rio de Janeiro estão incluídos: Rio de Janeiro + Distrito Federal e em 1960, Rio de Janeiro + Guanabara.

b) A partir de 49 e 59 é adotado o nº de pessoal ocupado, não se fazendo a distinção entre operários e não operários, que não existia nos censos de 1920 e 1940.

c) Em 1907, dos Estados Brasileiros apenas S.Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul utilizavam energia elétrica na seguinte proporção: São Paulo - 3 383; Rio de Janeiro - 1 253, sendo 1 193 do Ex-Distrito Federal; Bahia 41 e Rio Grande do Sul - 10 , somando assim um total de 4 686 C.V. Fonte: Censo 1907.

FONTES: 1920, 1940 e 1960 - Censos Industriais do IBGE;
1907 - Centro Industrial do Brasil.

QUADRO 3

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E VTI DE SÃO PAULO COMPARADO COM O DO PAÍS

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1950				1960			
	Nº DE ESTABELECIMENTO	%	V T I	%	Nº DE ESTABELECIMENTO	%	V T I	%
INDÚSTRIA EXTRATIVA								
. Extrativa Mineral	227	1,0	85 052	0,4	666	1,8	1 059 824	0,4
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO								
1. Produtos Minerais não Metálicos	3 505	15,0	1 742 542	7,5	5 515	15,2	17 945 874	5,9
2. Metalurgia	1 118	4,8	2 211 174	9,5	2 576	7,2	27 646 382	9,2
3. Mecânica	444	1,9	716 507	3,1	1 136	3,1	14 640 876	4,8
4. Mat. Eletrônico e de Comunic.	234	1,0	601 504	2,6	710	2,0	17 306 238	5,7
5. Material de Transportes	213	0,9	751 730	3,2	1 135	3,1	35 611 568	11,8
6. Madeira	1 376	5,9	541 587	2,3	1 926	5,3	3 582 784	1,2
7. Mobiliário	1 084	4,7	507 571	2,2	2 849	7,9	6 976 991	2,3
8. Papel e Papelão	190	0,8	597 405	2,6	373	1,0	9 739 254	3,2
9. Borracha	57	0,3	757 947	3,3	181	0,5	13 850 197	4,6
10. Couros e Peles	459	2,0	197 509	0,8	547	1,5	1 747 598	0,6
11. Química	767	3,3	2 566 499	11,0	668	1,8	30 213 697	10,0
12. Prod. Farmacêuticos e Vet.					156	0,4	6 823 868	2,3
13. Perfumes, Sabões e Velas	-	-	-	-	284	0,8	3 603 095	1,2
14. Produtos Matérias-Plásticas	-	-	-	-	226	0,6	2 366 545	0,8
15. Têxtil	1 543	6,6	5 174 512	22,1	2 149	5,9	36 956 396	12,2
16. Vestiário, Calçados e Artef. Tec	1 588	6,8	980 051	4,2	3 278	9,0	10 517 327	3,5
17. Produtos Alimentares	1 914	34,0	3 444 030	14,7	8 590	23,7	36 220 656	12,0
18. Bebidas	957	4,1	869 610	3,7	689	1,9	7 262 330	2,4
19. Fumo	17	0,1	271 499	1,2	19	0,1	2 695 891	0,9
20. Editorial e Gráfica	945	4,0	790 088	3,3	1 439	4,0	8 173 609	2,7
21. Diversos	663	2,8	558 847	2,3	1 142	3,2	6 974 051	2,3
TOTAL SÃO PAULO	23 301	100,0	23 365 604	100,0	36 254	100,0	301 914 041	100,0
TOTAL BRASIL	83 762		48 476 511		110 771		553 918 841	
SÃO PAULO/BRASIL	27,82%		48,2%		32,73%		54,51%	

OBS.: VTI em Cr$ mil, correntes.

QUADRO 4

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO NORDESTE

GÊNEROS INDUSTRIAIS	TIPO	SÃO PAULO				NORDESTE			
		CENSO DE 1950		CENSO DE 1960		CENSO DE 1950		CENSO DE 1960	
		ESTABELECIMENTO	V T I	ESTABELECIMENTO	PRODUÇÃO	ESTABELECIMENTO	V T I	ESTABELECIMENTO	V T I
INDÚSTRIA EXTRATIVA		1,0	0,4	1,8	0,4	4,5	3,2	3,4	11,8
. Extrativa Mineral						4,5	3,2	3,4	11,8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		99,0	99,6	98,2	99,6	95,5	96,8	96,6	88,2
1. Produtos Minerais não Metálicos	D	15,0	7,5	15,2	5,9	19,0	5,1	21,9	7,2
2. Metalurgia	D	4,8	9,5	7,2	9,2	0,7	1,7	1,2	1,8
3. Mecânica	D	1,9	3,1	3,1	4,8	0,1	0,2	0,2	0,1
4. Mat. Eletrônico e de Comunicações	D	1,0	2,6	2,0	5,7	-	-	0,1	0,2
5. Material de Transportes	D	0,9	3,2	3,1	11,8	0,3	0,1	0,6	0,7
6. Madeira	T	5,9	2,3	5,3	1,2	2,4	1,1	3,4	1,5
7. Mobiliário	T	7,7	2,2	7,9	2,3	1,6	0,6	7,1	1,4
8. Papel e Papelão	D	0,8	2,6	1,0	3,2	0,1	0,4	0,2	1,5
9. Borracha	D	0,3	3,3	0,5	4,6	-	-	0,1	0,3
10. Couros e Peles	T	2,0	0,8	1,5	0,6	3,0	1,9	3,2	2,0
11. Química	D	3,3	11,0	1,8	10,0	3,2	5,4	1,5	13,2
12. Produtos Farmacêuticos e Veterinários	D			0,4	2,3	-	-	0,2	0,3
13. Perfumes, Sabões e Velas	D	-	-	0,8	1,2	-	-	1,3	1,3
14. Produtos Matérias Plásticas	D	-	-	0,6	0,8	-	-	-	-
15. Têxtil	T	6,6	22,1	5,9	12,2	5,7	34,2	6,8	21,2
16. Vestiário, Calçados e Artef. Tec.	T	6,8	4,2	9,0	3,5	6,6	1,7	6,5	2,0
17. Produtos Alimentares	T	34,0	14,7	23,7	12,0	43,8	36,7	35,8	26,2
18. Bebidas	T	4,1	3,7	1,9	2,4	5,3	3,1	2,9	2,6
19. Fumo	T	0,1	1,2	0,1	0,9	0,5	2,2	0,7	2,7
20. Editorial e Gráfica	T	4,0	3,3	4,0	2,7	2,3	2,1	2,0	1,7
21. Diversas	T	2,8	2,3	3,2	2,3	0,9	0,3	0,9	0,3
T O T A L		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	D	28,0	42,8	35,7	59,5	23,4	12,9	24,5	12,1
	T	72,0	57,2	64,3	40,5	76,6	87,1	75,5	87,9
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Industriais do Brasil - IBGE - 1950/60. OBS.: D = Dinâmica; T = Tradicional.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO NA INDÚSTRIA

R E G I Õ E S	1950	1960	1970
NORTE	0,7	1,1	1,0
NORDESTE	9,5	7,7	5,8
SUDESTE	75,6	77,9	80,3
SUL	13,7	12,5	12,0
CENTRO-OESTE	0,5	0,8	0,9
T O T A L	100,0	100,0	100,0
CEARÁ	0,8	0,6	0,7
PERNAMBUCO	4,4	2,6	2,1
BAHIA	1,3	2,5	1,6
MINAS GERAIS	6,9	6,1	7,1
RIO DE JANEIRO	20,1	17,4	15,5
SÃO PAULO	48,1	54,1	57,2
RIO GRANDE DO SUL	8,1	6,9	6,3

FONTE: Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro, Werner Baer et Alli
Editora Campos - 1978.

QUADRO 6

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA INTERNA POR SETOR EM PERCENTAGEM

REGIÕES	AGRICULTURA			INDÚSTRIA			SERVIÇOS		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
NORTE	1,6	1,7	2,3	1,0	1,7	1,3	2,0	2,2	2,3
NORDESTE	18,7	21,0	20,9	9,4	8,3	5,6	13,1	13,0	12,1
SUDESTE	54,2	43,7	40,0	75,4	76,9	80,6	70,7	69,1	65,8
SUL	22,2	28,8	29,6	13,5	12,3	11,7	12,7	13,8	16,0
CENTRO-OESTE	3,3	4,8	7,2	0,7	0,8	0,8	1,3	1,9	2,8
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro, Werner Baer et alli - Editora Campos 1978.

QUADRO 7

TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO REAL DO PESSOAL OCUPADO E DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS BRASIL, NORDESTE E SUDESTE (1950, 1960 e 1970)

REGIÕES/VARIÁVEIS	50/60	60/70	50/70
NORDESTE			
. Pessoal Ocupado	(-0,1)	2,1	1,0
. Nº de Estabelecimentos	2,9	3,9	3,4
SUDESTE			
. Pessoal Ocupado	3,5	4,0	3,8
. Nº de Estabelecimentos	3,1	3,6	3,3
BRASIL			
. Pessoal Ocupado	2,9	4,1	3,5
. Nº de Estabelecimentos	2,8	4,1	3,4

FONTE: Censos Industriais do Brasil - IBGE (1950, 1960 e 1970).

OBS. : Inclui Indústria Extrativa de Minerais.

QUADRO 8

RELACÃO ENTRE O PESSOAL OCUPADO E O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS BRASIL, NORDESTE E SUDESTE (1950, 1960 e 1970)

Pessoal ocupado/nº de estab. indus.

R E G I Ã O	CENSO 1950	CENSO 1960	CENSO 1970
SUDESTE	20,0	21,1	22,1
NORDESTE	14,1	10,5	8,9
BRASIL	16,1	16,2	16,4

FONTE: Censos Industriais do Brasi - IBGE (1950, 1960 e 1970).

OBS. : Inclui a Indústria Extrativa de Minerais.

QUADRO 9

9.1 - NÚMERO DE EMPREGADOS POR ESTABELECIMENTO

REGIÕES	1907	1920	1940	1950	1960
1. Nordeste	87,36	27,00	17,20	13,84	10,55
2. Rio e São Paulo	60,70	26,00	21,24	25,14	24,23

9.2 - GRAU DE MODERNIZAÇÃO (C.V/Nº OPERÁRIOS)

REGIÕES	1907	1920	1940	1950	1960
1. Nordeste	0,72	1,10	1,33	1,37	1,84
2. Rio e São Paulo	0,76	1,25	1,51	1,96	2,83

OBS.: Valores médios dos estados.

9.3 - PRODUTIVIDADE (VALOR DA PRODUÇÃO/Nº DE OPERÁRIOS)

REGIÕES	1907	1920	1940	1950	1960
1. Nordeste	2,95	7,38	12,21	16,56	376,92
2. Rio e São Paulo	5,30	11,77	26,31	42,62	739,025

FONTE: QUADRO 1

OBS. : Valores médios dos estados.